

Objectivo 11

Assegurar uma repartição justa e equitativa dos benefícios do uso de recursos genéticos

● Na ilha de Inhaca, na baía de Maputo, os pescadores moçambicanos contam que a primeira refeição que tomavam em criança era feita todos os dias, entre a casa e a escola, com as bagas e os frutos que recolhiam da natureza. A biodiversidade costeira e o cultivo ainda dão o pequeno-almoço, o almoço e o jantar a muitas comunidades que vivem ao pé do mar no Norte e Sul do país. Talvez por isso o biólogo José Paula tenha sentido mais receptividade por parte da população do que estava habituado. Durante as duas últimas décadas, o professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa andou a avaliar a riqueza natural das áreas marinhas fronteiriças de Moçambique, uma empreitada que não recebeu apoio financeiro directo do Estado português.

“O Governo não está a dar nada” para o estudo científico do mar nos países lusófonos, constatou o especialista em ecologia marinha. Só em 2009 é que a Fundação para a Ciência e Tecnologia criou o Programa de Ciência Global para apoiar cientistas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Até agora, o que havia era incipiente e José Paula sentiu falta de uma colaboração estável. “Já disseminei o novo programa em Moçambique, há pessoas interessadas”, frisou o investigador.

A investigação só se tornou possível devido aos programas-quadro da União Europeia. Desde 1991, vários projectos foram aprovados para o estudo da conservação da costa Sudeste africana. O último, que custou 1,7 milhões de euros, terminou em 2008. Foi o projecto Transmap, que avaliou e identificou os *hotspots* de biodiversidade para a definição de zonas de conservação de áreas marinhas.

“O primeiro passo foi juntar todos os conhecimentos que existem sobre a zona costeira numa base de dados que actualmente está sediada na África

do Sul”, explicou. O *site* gerido pelo Instituto para a Investigação Oceanográfica, em Durban, agregou uma listagem bibliográfica dos relatórios e documentos guardados nas instituições sobre a fauna e flora costeira, parâmetros ambientais e legislação. Quem quiser pesquisar sobre o material produzido pode aceder ao *site* www.transmap-metadata.org.za. A base de dados está dividida em quatro: os documentos de base, que existiam antes dos projectos, e os documentos biofísicos, socioeconómicos e de governação que entretanto foram produzidos. A Faculdade de Ciências está ainda a preparar um *site* onde os principais relatórios saídos dos projectos ficarão disponíveis ao público.

A investigação, segundo as regras do financiamento europeu, tinha que abarcar pelo menos dois países europeus e dois países africanos. Alguns dos parceiros europeus foram a Universidade Mundial Marítima, da Suécia, e o Museu de História Natural, de Londres, que teve um papel importante na identificação de espécies desconhecidas. Em África, o projecto integrou instituições da Tanzânia, como o Instituto para as Ciências Marinhas, e da África do Sul, como a Universidade da Cidade do Cabo, juntando os dois países que fazem fronteira com Moçambique no litoral.

Novas espécies

As florestas de mangais, os recifes de corais e os bancos de ervas marinhas são dos ecossistemas mais importantes da costa africana, que albergam espécies emblemáticas como tartarugas, cetáceos ou o celacanto, um peixe ancestral. “Foi feita uma avaliação mais fina da biodiversidade daquelas zonas”, explicou o biólogo.

A pesquisa já permitiu conhecer três espécies novas de copépodos, crustáceos microscópicos que vivem nos sedimentos. A lógica da conservação foi avaliar os locais

Estrelas-do-mar na ilha dos Portugueses, na baía de Maputo



Ajudar a proteger a costa de Moçambique

Houve *workshops* com os chefes das aldeias, mas também teses de mestrado na universidade em Maputo. O projecto Transmap estudou a vida marinha costeira de Moçambique e fomentou o diálogo entre os países. O dinheiro veio todo da Europa. *Por Nicolau Ferreira*

Entre 1998 e 2005, foram dados 6,7 mil milhões de euros em ajudas para a biodiversidade dos países em desenvolvimento



É necessário apoio para cumprir a convenção

que devem ser protegidos para que se transformem num berçário de biodiversidade capaz de alimentar as regiões em redor.

O dugongo é um dos animais que pode beneficiar dessa política de protecção. Este mamífero “pasta” nas águas do litoral e está em perigo de extinção em todo o Índico, por ser fácil de se caçar. “Mata-se um dugongo e dá para uma aldeia inteira, estamos a falar de comunidades que estão sempre no limiar da fome”, diz José Paula.

Ao longo dos anos foram feitos vários *workshops* com as entidades locais, os pescadores, os chefes das aldeias. Houve um esforço paralelo para caracterizar as fontes de subsistência das comunidades, que no Norte, onde só agora está a chegar a electricidade, se limitam quase sempre à horta e ao que a natureza dá. “Os locais de maior riqueza natural são os mais povoados”, explica o investigador, acrescentando que as actividades tradicionais estão em equilíbrio com os recursos.

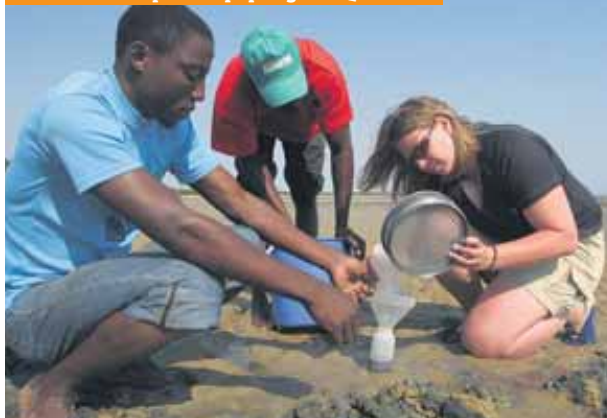
Mais participação

“Existe actualmente mais diálogo e debate entre as instituições locais sobre matérias de conservação. É notório o debate nos processos de participação pública dos projectos de avaliação impacto ambiental”, disse ao PÚBLICO Adriano Macia, professor da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, que esteve à frente da equipa da universidade que integrou o projecto. O especialista em ecologia marinha deu o exemplo do Ministério das Pescas, que está interessado em utilizar o modelo do Transmap para definir as áreas marinhas protegidas a criar na região de Nampula, no Norte de Moçambique.

Do ponto de vista científico, o trabalho foi acompanhado por estudantes moçambicanos e proporcionou teses a investigadores que absorveram o saber e aprenderam técnicas. “Tivemos mestrados e licenciados que fizeram as suas teses no

Trabalho de campo no arquipélago das Quirimbas

JOSÉ PAULA



âmbito do projecto”, explicou Macia, um dos nove doutorados do Departamento de Biologia. “Contribuiu para a formação de massa crítica”, acrescentou.

José Paula considera que a realidade científica do país está a mudar. “Começa-se a fazer projectos conjuntos em que há um interesse de ambas as partes”, refere. As normas europeias impulsionam este crescimento, todo o material comprado para o projecto ficou nos centros locais de investigação. As sondas, os meios operacionais de amostragem e o equipamento informático foram alocados à Universidade de Maputo ou ao Centro para o Desenvolvimento Sustentável para a Zona Costeira, em Xai-Xai, a Norte de Maputo.

Houve harmonização das leis entre Moçambique e a Tanzânia - que já tem o Parque Marinho da Baía de Mnazi e do Estuário do Rovuma, junto à fronteira -, o que vai permitir um plano de gestão consensual. No Norte do Moçambique, definiram-se três regiões marinhas a conservar: o estuário do Rovuma (o rio que faz fronteira com a Tanzânia), a região junto à zona central do Parque Nacional das Quirimbas e, finalmente, uma terceira região

“Em Moçambique, os locais de maior riqueza natural são os mais povoados”, diz o biólogo José Paula

Investigadores no barco ao largo da ilha de Inhaca

JOSÉ PAULA



marinha, perto da povoação de Mocimboa da Praia, que fica entre as duas últimas regiões.

O próximo passo é conciliar as vontades de todos os intervenientes, mesmo que desde 2006 a situação se tenha complicado. “Entretanto descobriu-se petróleo e as prioridades mudam”, constatou o biólogo referindo-se às prospecções feitas na baía do rio

Rovuma. Adriano Macia concorda com este contratempo: “A questão recente dos hidrocarbonetos e a pesca podem estar a pesar no adiamento da declaração desta área.”

Mas José Paula não desanima quanto à protecção da biodiversidade marinha: “Existe uma grande vontade, os políticos com quem contactei estão muito receptivos.”

PUBLICIDADE



A AQUAPOR actua e procura melhorar o ambiente, numa perspectiva de colaboração entre o homem e a natureza e de racionalização e utilização correcta de recursos hídricos e tecnologia.

A AQUAPOR é responsável, ou co-responsável, pela gestão e operação de 12 Concessões Municipais e Intermunicipais de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, envolvendo 25 municípios e cerca de 1,5 milhões de habitantes.

Queremos liderar o mercado, apresentando propostas para concessões com tarifários justos e equilibrados: Socialmente aceitáveis, Protectores do ambiente e Auto-sustentáveis.

www.aquaporservicos.pt · geral@aquaporservicos.pt



A LUSÁGUA - Serviços Ambientais, S.A. centraliza a prestação de serviços ambientais do Grupo AQUAPOR, tais como a operação e manutenção de ETAR e de outras infra-estruturas hidráulicas, assistência técnica, auditoria especializada, e controlo analítico.

A empresa dá sequência às competências e experiência técnica e humana da LUSÁGUA - Gestão de Águas, S.A. assumindo o seu know-how com mais de 148 colaboradores, engenheiros, analistas, técnicos especializados e operadores, que fizeram a história da empresa ao longo de duas décadas.

www.lusagua.pt · geral@lusagua.pt

